

**Da Belle Époque ao abandono: o Mercado de São Brás como  
patrimônio histórico e atrativo turístico de Belém-PA**

DOI: 10.2436/20.8070.01.183

**Joelma Simone da Costa Souza**

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: msg.jc1@gmail.com

**Raul Ivan Raiol de Campos**

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará, Brasil  
Professor da Faculdade de Turismo, Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: raulcampos@ufpa.br

**Maria Augusta Freitas Costa**

Doutora em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Brasil  
Professora da Faculdade de Turismo, Universidade Federal do Pará, Brasil  
E-mail: augustageotur@gmail.com

**Resumo**

O espaço urbano de Belém apresenta um conjunto de edificações remanescentes de importantes períodos de sua história, destacando-se o período da *Belle Époque* como um dos mais importantes na construção dos patrimônios da cidade. Assim, o presente estudo trata de um importante patrimônio desse período, o Mercado de São Brás devido ao seu atual estado de abandono. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a valorização sociocultural do Mercado de São Brás e sua importância como patrimônio histórico da cidade de Belém. Os procedimentos metodológicos envolveram levantamentos bibliográficos e documentais. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com feirantes, consumidores e representantes do poder público. Os resultados apontam que o problema do abandono do Mercado de São Brás é decorrente da ausência de ações dos seus gestores, que contribuem para sua desvalorização e descaracterização; os atores sociais desejam que o Mercado de São Brás seja reformado e modernizado em razão de suas péssimas condições atuais; o turismo como fenômeno social e econômico contribuiria com o aumento de renda dos feirantes, que seriam os maiores beneficiados com as contribuições do turismo, além da sociedade e da própria cidade, com mais um atrativo, sendo uma alternativa viável para o Mercado de São Brás. Porém, espera-se que

o seu principal uso não seja desvirtuado para atender somente ao turismo, devido sua função histórica e social para a cidade de Belém.

**Palavras-chave:** Mercado de São Brás. Patrimônio histórico. Abandono. Turismo.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de construção, destruição e reconstrução do patrimônio cultural no mundo perpassou vários períodos da história. Do mesmo modo, a concepção de patrimônio foi alterando-se com o passar do tempo, agregando outros valores culturais, assim como, a criação dos meios legais para sua proteção, em função dos interesses e da própria dinâmica das sociedades, que influenciaram nas transformações urbanísticas das cidades.

No Brasil, a definição do patrimônio cultural, no qual sua responsabilidade de proteção passou a ser dever do Estado, da mesma forma, foi modificando-se ao longo do tempo, em grande parte, por influência política. O início de sua proteção foi marcado pela criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão público, e da legislação, o Decreto-lei Nº25 de 1937, voltados à preservação do patrimônio nacional, que priorizaram a preservação de monumentos históricos originários do período colonial. Somente mais tarde, através de ações públicas direcionadas à preservação de um acervo cultural mais amplo, e a partir da Constituição de 1988, ocorreu o reconhecimento da diversidade cultural brasileira, levando-se em conta os seus aspectos étnicos e religiosos (PELEGRINI, 2006).

Voltando-se para o contexto local, a cidade de Belém dispõe de um conjunto de edificações históricas de grande valor para a memória da cidade. Desse conjunto, constitui-se o patrimônio cultural de Belém, no qual se encontra o Mercado de São Brás - MSB, assim, definido como o objeto deste estudo. Nesse sentido, a escolha do MSB foi devido à sua importância histórica, arquitetônica e a situação precária de sua infraestrutura, que já perdura há anos, bem como as incertezas na busca por uma melhor utilização, que permeia aquele espaço.

O MSB por sua representatividade como patrimônio histórico de Belém, além de ser um equipamento urbano que atende a população em suas necessidades alimentares, mostra-se de grande importância para a justificativa deste trabalho. Outra questão, também, relevante seria a contribuição do turismo, em termos econômicos, como a possibilidade de um melhor aproveitamento do local, valorizando e preservando o espaço do MSB. Desse modo, este estudo busca a relação entre o patrimônio histórico e a atividade turística, sendo esta uma alternativa para a situação em que se encontra o objeto de estudo analisado, tendo em vista que, o MSB não é utilizado efetivamente como um atrativo turístico da cidade. Portanto, através da pesquisa, buscou-se investigar essa possibilidade junto aos atores que se utilizam do espaço.

O MSB foi construído durante o período do ciclo da borracha, a Belle Époque, ocorrido no período de 1870 a 1912 (SARGES, 2000). Período esse considerado um dos mais importantes da história de Belém, tornando-se, um destacado espaço público de comércio na cidade, no início do século XX. Desse modo, o MSB, por seu valor histórico e arquitetônico para a cidade de Belém, foi declarado patrimônio do Estado do Pará em 1982, e do município em 1994, através das leis de proteção ao patrimônio cultural, e como meio principal de salvaguarda, o instituto do tombamento, realizado pelos poderes municipal e estadual, por meio de seus órgãos responsáveis, Fundação Cultural de Belém

(FUMBEL) e Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC), respectivamente. Em sua definição de patrimônio, a Constituição de 1988 considera o patrimônio cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, Art.216).

Diante dessa herança significativa, convém questionar por que um bem material como o MSB, tombado como um patrimônio histórico encontra-se desvalorizado, abandonado e ausente de políticas públicas voltadas à sua melhor utilização? Bem como, de que maneira o turismo pode contribuir para fomentar a sua valorização? Estes, portanto, são os problemas apontados para a investigação do objeto de estudo.

Diante deste cenário, este trabalho teve como objetivo geral, analisar a valorização sociocultural do MSB e sua importância como patrimônio histórico da cidade de Belém. Teve como objetivos específicos: (1) verificar o problema do abandono e descaracterização do MSB; (2) saber a opinião dos atores sociais (feirantes e consumidores) sobre as condições atuais do MSB; (3) verificar como o turismo pode contribuir para o aumento da atividade econômica e na valorização do MSB.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder aos questionamentos e alcançar os objetivos propostos foram utilizados procedimentos metodológicos para o embasamento da análise e dos resultados obtidos. Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Dencker (1998, p.152), “é desenvolvida a partir de material já elaborado: livros e artigos científicos”. Dessa forma, buscou-se os referenciais teóricos relacionados ao tema proposto, em livros e textos, trabalhos acadêmicos relacionados a área de patrimônio cultural e mercados públicos. A busca de alguns dados históricos do objeto estudado realizou-se, também, através de consultas a revistas, meios eletrônicos e reportagens de jornais antigos para o complemento do estudo.

Utilizou-se, igualmente, da pesquisa documental, por meio de consultas em fotos antigas, além da legislação de proteção ao patrimônio cultural municipal e estadual, pelas quais o objeto de estudo está tombado, que foram pesquisadas nas instituições responsáveis.

Fez-se entrevistas com representantes do poder público municipal, responsáveis pelas secretarias e departamentos que administram diretamente o MSB. Também, foram feitas solicitações oficiais de entrevistas com representantes da Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT) e com a Secretária de Urbanismo (SEURB), mas não se obteve respostas, portanto, entende-se que as entrevistas foram negadas.

A pesquisa de campo constituiu-se parte fundamental para a realização deste estudo, sendo empregada uma abordagem qualiquantitativa. Esta foi realizada nos meses de outubro de 2018 e janeiro de 2019. Foram elaborados dois questionários com perguntas fechadas e semiabertas. Foram entrevistados 30 feirantes/comerciantes, de um total de 300 permissionários que trabalham no MSB. Também, foram entrevistados 20 consumidores. Para compensar a amostra com visitantes, usou-se os dados da pesquisa realizada por Pantoja (2014). Em relação aos dados quantitativos, somente os percentuais mais representativos de cada resposta da amostra de cada variável são apresentados nos resultados e discussões. Isto porque no questionário algumas perguntas tiveram muitas respostas, cujos percentuais foram muitos baixos, que não comprometem a análise dos dados.

No que refere-se às entrevistas com os consumidores, essa amostragem menor justifica-se devido ao destaque à categoria dos feirantes, pois, estes estão constantemente no espaço, de forma fixa. Sendo que, tanto a situação de abandono, quanto uma reforma no MSB, afetam diretamente os trabalhadores, que dependem do espaço para o seu sustento.

Ainda, durante as entrevistas *in loco*, utilizou-se, também, da observação para verificar e descrever a situação real do objeto de estudo, aliado à fotografia como prova das evidências encontradas no espaço pesquisado e assim, complementar a pesquisa.

### 3 PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO CULTURAL

A gênese do patrimônio está relacionada à herança de família. Na Roma antiga significava tudo que estava sob o domínio do pai. Desse modo, a mulher, os filhos, os escravos, os bens móveis e imóveis poderiam ser deixados em testamento. Portanto, o patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia. Entretanto, a invenção do conceito moderno de patrimônio coletivo surgiu a partir da Revolução Francesa, com a criação do Estado-Nação. Nesse sentido, os bens da coroa e clero foram incorporados à nação (FUNARI, PELEGRINI, 2006), tornando-se patrimônio de todo o povo francês.

No Brasil, a invenção do patrimônio ocorreu de maneira oposta à da França. Enquanto na França o patrimônio foi inventado com a ruptura do estado absolutista, no Brasil foi inventado partir de um regime autoritário, o Estado Novo.

A invenção do patrimônio no Brasil aconteceu com a criação do Decreto-Lei no.25/1937, quando o Estado Novo se apropriou do patrimônio histórico e artístico nacional. Pois, na concepção nacionalista “[...] uma nação é concebida como legítima proprietária de sua cultura” (GONÇALVES, 1996, p. 63). Considerava-se patrimônio cultural os monumentos e as obras consagradas pela elite dominante, chamado de patrimônio de pedra e cal.

A partir da década de 1970, o conceito de patrimônio ampliou-se, incorporando uma concepção mais ampla, chamada de bens culturais, do qual fazem parte bens da elite e do povo, ou seja, das etnias branca, índia e negra (FALCÃO, 1997). Atualmente, percebe-se que as discussões em torno do patrimônio cultural estão voltadas para o desenvolvimento sustentável dos bens culturais, por meio de políticas de educação patrimonial e parcerias público-privadas como propostas de preservação e utilização, principalmente dos bens imóveis, haja vista, a dificuldade que se observa para a manutenção e adequação das edificações do passado, no tempo presente.

Neste sentido, o turismo tem uma importante contribuição com a preservação<sup>1</sup> e conservação<sup>2</sup> do patrimônio cultural. O ser humano, por uma necessidade de sobrevivência, passou a deslocar-se em busca de alimentos e abrigo, e com o passar do tempo esse deslocamento trouxe as mais diversas motivações, como o comércio entre os povos, por exemplo, ocasionando mais tarde, o início de uma prática turística, e o que viria a ser chamado conceitualmente de turismo.

Foi no período da Revolução Industrial, que o chamado turismo moderno começou a se desenvolver, principalmente com a invenção dos meios de transporte como o navio a vapor, o trem e as ferrovias, que facilitaram os deslocamentos de um maior

<sup>1</sup> Entende-se preservação no sentido mais amplo que envolve atividades, por exemplo, de educação patrimonial, educação em museus, interpretação do patrimônio, etc.

<sup>2</sup> Entende-se conservação no sentido mais restrito, ou seja, no aspecto físico do patrimônio do cultural, por meio de intervenções, por exemplo, de restauração.

número de pessoas (DIAS, 2005). Nesse período, segundo a *Organización Mundial del Turismo* (1994, p.3) “as classes com maior poder aquisitivo realizavam viagens por motivos culturais e educacionais conhecidas com o nome de Grand Tour”. Mas, foi com Thomas Cook, o grande precursor desse movimento, organizando as primeiras excursões, que o turismo começou a ser trabalhado como um meio econômico, quando, além das viagens por motivo educativo, também cresceram as viagens voltadas ao lazer e entretenimento (DIAS, 2005).

No século XX, com o avanço das comunicações e dos meios de transporte, houve rapidez no deslocamento de pessoas ao redor do mundo, encurtando as distâncias entre os lugares, facilitando a comunicação entre indivíduos de diferentes regiões no mundo. Desse modo, a globalização proporcionou ao turismo cultural um crescimento ainda maior no interesse em conhecer a cultura do outro (DIAS, 2006). Neste mundo globalizado, a valorização da cultura passou a ser um diferencial das sociedades na tentativa de afirmação de um grupo frente a outro.

É relevante destacar na afirmação de Dias (2005), que o turismo é um fenômeno social, que tem como agente principal o turista, e “através de um deslocamento temporário fora de seu local de residência habitual, provoca mudanças culturais e sociais na localidade que escolheu para passar um período limitado de tempo” (DIAS, 2005, p.117). Apesar de a interferência do turismo em outros setores de uma localidade, o autor ressalta esses dois aspectos, em função de a cultura ser um fator de conhecimento e transformação entre o turista, o meio ao qual escolheu e o morador do local.

Pesquisadores, como Dias (2006), por exemplo, considera que o turismo cultural abrange todos os segmentos do turismo, que por consequência, necessita do patrimônio cultural para o seu desenvolvimento. Destaca-se aqui a definição de turismo cultural sintetizada por Dias (2006, p. 40):

[...] consideramos como turismo cultural toda prática turística que envolva a apreciação ou a vivência de qualquer tipo de manifestação cultural, seja tangível, seja intangível, mesmo que esta não seja a atividade principal praticada pelo viajante no destino. Assim, aqueles que se deslocam para o litoral com a motivação principal de sol e praia, praticam, portanto, turismo cultural ao participar de eventos musicais, ao assistir a uma peça de teatro, ao visitar museus, ao assistir a manifestações folclóricas, ao contemplar ou adquirir peças de artesanato, ao procurar conhecer os hábitos e os costumes da população local, frequentando feiras e mercados populares, entre outras atividades [...].

Assim como Dias (2006), Funari e Pinski (2003) afirmam que toda prática turística é considerada cultural, seja de qual segmento for implicando sempre o consumo de um bem cultural. Cada bem tem um valor e um significado para determinado grupo social, que remete a certos períodos da história vivenciada por esses grupos, como destacado por Silva (2008, p.41):

Assim, os diversos espaços como museus, prédios históricos, praças, entre outros, expressam as representações do passado de cada grupo buscando as referências construídas ao longo da história, principalmente aquelas ligadas à vida pessoal do indivíduo e que tiveram uma grande importância para o grupo.

Esses espaços que expressam as “representações do passado”, descritas pela autora, as quais estão vinculadas as lembranças que, tanto o indivíduo, como o grupo social pode resgatar, visualizando tais espaços, a partir daí é que pode surgir essa associação entre o turismo cultural e a memória coletiva.

Nesse sentido, tanto a prática turística torna-se enriquecedora, através das trocas culturais entre o visitante e o residente, quanto aos variados espaços visitados, citados pela autora anteriormente, caracterizam-se como construções sociais, formadores da cultura, e dos quais o turismo cultural apropria-se, além de tornarem-se heranças que são deixadas de uma geração à outra, até como uma identificação de suas próprias realizações. Camargo (2002) destaca que cabe à memória coletiva atribuir a importância dos objetos e seu valor simbólico, ou seja, cada grupo social, por meio de sua memória, é que vai definir o que é importante para si, inventando o seu próprio patrimônio.

Dias (2006, p.46) aponta que “o patrimônio cultural é a essência do turismo cultural”, quando se busca por uma identificação, por meio de traços e símbolos em comum, entre indivíduos de um mesmo grupo, fortalecendo a identidade de cada povo (DIAS, 2006). Desse modo, o patrimônio cultural tem uma relação de interdependência com a memória social e identidade. Pois, a partir da memória social se constrói e se legitima a identidade que, por sua vez, é expressa e materializada pelo patrimônio cultural (RODRIGUES, 2017).

Apesar de o turismo cultural poder ser benéfico ao patrimônio cultural, conforme apontam autores citados acima, ele não pode ser a panaceia para patrimônios culturais. O turismo cultural, também, pode ter efeitos negativos sobre o patrimônio cultural. A perspectiva antropológica, geralmente apresenta uma visão negativa do turismo, destacando a destruição de aspectos culturais e homogeneização cultural (PEREZ, 2009). Isto tem relação com o processo de turistificação que pode ocorrer ou ocorre. Para Cruz (2007), a turistificação é o processo que implica na apropriação e uso turístico do espaço. Para a autora, a turistificação ocorre sobre objetos novos e os preexistentes usados pelo turismo, como acontece nos projetos de envolvem revitalização de bairros históricos. Portanto, na relação turismo e patrimônio cultural deve-se evitar a criação do que Augé (1994) chamada de “o não-lugar”. A turistificação pode se tornar a negação da existência do lugar.

#### 4 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BELÉM

A história da cidade de Belém pode ser contada através de seu conjunto de edificações históricas, construído em “períodos e influências diferentes” (BRITTO, 2009, p.88). Nesse sentido, a cidade possui um rico acervo de grande valor histórico, formado por conjuntos de casarios, palacetes, edificações e monumentos, herdados sob as influências portuguesa, italiana, e francesa, dos quais muitos foram tombados pelos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Como parte desse acervo, encontra-se o MSB, inaugurado em 1911, que compõe o patrimônio histórico edificado do Estado do Pará.

De acordo com Britto (2009, p.81), o processo de construção do patrimônio histórico de Belém, ou, o que a autora denomina “invenção do patrimônio [...]”, ocorreu principalmente, em dois períodos. O primeiro datado da segunda metade do século XVIII, entre os anos de 1750 e 1777, na administração do representante do governo português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que imprimiu o projeto urbanístico português na cidade. Coube então a Francisco Xavier de Mendonça Furtado,

designado pelo Marquês de Pombal, para a execução do projeto. Desse primeiro período, foram construídas as primeiras igrejas de Belém, palácios, habitações, praças etc., em que se destacou o trabalho do arquiteto Antônio José Landi (BRITTO, 2009).

Na descrição de Chaves e Gonçalves (2013), o segundo período deu-se entre o final do século XIX e início do século XX, durante a administração do intendente Antônio Lemos, entre os anos de 1897 a 1912, conjuntamente com o governador Augusto Montenegro (1900-1908), em uma época de grande transformação, na qual, Antônio Lemos empreendeu uma revolução urbana em Belém. Em seus estudos sobre o período da belle époque na Amazônia, Daou (2000, p.31) descreve que:

O embelezamento da cidade resultava de alterações urbanísticas e arquitetônicas estimuladas por uma legislação que procurava modernizar os espaços públicos e dotar de certas características as construções, imprimindo, nas fachadas dos prédios, elegância estética, graciosidade e uma racionalidade condizente com as necessidades de ventilação e higiene exigidas pelo clima.

Conforme os escritos da autora, a legislação da época determinava os padrões a serem seguidos nas construções e espaços públicos, priorizando a estética e a higiene deles. Dentre as edificações mais significativas dos períodos mencionados estão o Teatro da Paz, e o Bosque Rodrigues Alves, dois importantes espaços de lazer da cidade; o Mercado Municipal e o Mercado do Ver-o-Peso, os dois primeiros Mercados construídos na cidade de Belém.

Com o fim do ciclo da borracha, restou a herança desse período e o legado deixado por aqueles que imprimiram a sua visão de cidade moderna e civilizada, e como afirma Coelho (2011, p.164):

Belém herdou lugares da memória do contexto sociocultural de capital da borracha, na forma de seu monumentalismo, da sua estética e também da narrativa do seu cotidiano presente nos jornais e demais publicações da época. É verdade que tais lugares da memória representam ideias, e, assim, são referentes a um momento histórico e a uma dada sociedade e seu recorte, na relação que a memória mantém com a sua própria contemporaneidade.

Todas essas construções citadas são símbolos de uma época marcante da história da cidade e estão inseridos no cotidiano de sua população. Alguns desses espaços, localizados principalmente nos bairros da Cidade Velha e Campina, foram revitalizados e passaram a ser mais visitados, tanto por residentes, como por turistas, apesar de muitos imóveis ainda estarem bastante deteriorados por falta de manutenção.

Segundo Marcellino (2006, p. 82):

Os espaços preservados e revitalizados contribuem de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos. Além disso, preservando a identidade dos locais, pode-se manter, e até mesmo aumentar, o seu potencial turístico.

No trecho citado acima, o autor enfatiza a preservação desses espaços como locais de grande potencial para o desenvolvimento do turismo. Além disso, é importante ampliar a revitalização desses espaços, como o MSB, para que as gerações futuras conheçam a

história da cidade através de seus patrimônios, que são representativos de sua memória. Se o antigo se patrimonializar mais facilmente é porque ele é mais raro, o que se aconselha a preservar o seu testemunho (ALMEIDA, 1993).

É importante ressaltar que, apesar de MSB precisar ser revitalizado, o Centro Histórico de Belém passou por um processo de requalificação urbana. Segundo Britto e Borges (2010), no período de 1998 a 2002 essa requalificação foi realizada pelo governo do estado por meio da Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) com o projeto chamado Feliz Lusitânia. Essa requalificação envolveu o Museu de Arte Sacra, Museu do Forte do Presépio, Jardim das Esculturas Feliz Lusitânia, Museu Casa das Onze Janelas. Todos esses espaços foram musealizados. Desde então, o Centro Histórico de Belém faz parte do circuito turístico da cidade.

#### 4.1 O mercado de São Brás e sua história: a *Belle Époque*

No período que compreende o final do século XIX e início do século XX, a cidade de Belém teve um processo de grandes transformações do seu espaço urbano, ocorridas principalmente, durante a administração do intendente Antônio Lemos (1897-1912). A cidade começou a se modernizar, construindo uma infraestrutura com inúmeros estabelecimentos públicos, pavimentação de ruas, obras de saneamento, praças, etc., importando o modelo de progresso e os costumes europeus, a chamada *Belle Époque*, sob influência francesa, empregada na cidade (SARGES, 2000).

Para Bassalo (2008, p.41) *Belle Époque* significa:

Expressão usada para designar o período da história da França compreendido entre os anos 1880 e a Primeira Guerra Mundial, tendo seu apogeu em 1889, quando foi inaugurada a torre Eiffel, construída para a Exposição Universal. O termo celebrava o clima que então se vivia, marcado pela efervescência cultural, pela paz entre os países vizinhos e por grandes inovações tecnológicas, como a invenção do telefone, do cinema, do automóvel e do avião. Nas artes, os movimentos que expressaram esse clima, notadamente o impressionismo e o art nouveau, por vezes são caracterizados como estilo belle époque.

As transformações em Belém foram efetivadas em função do crescimento econômico gerado pela comercialização da borracha para o mercado externo. Como bem frisou Sarges (2000, p.29), em razão desse enriquecimento, “muitos grupos exigiam essa modernização, sobretudo porque era na cidade que moravam os seringalistas, comerciantes, e financistas”, além dos profissionais liberais, formando a nova classe social dominante – a burguesia.

A borracha como produto de exportação tornava-se, então, a principal riqueza amazônica, uma matéria-prima importante para a produção industrial de produtos variados, sendo as finanças geradas, responsável pela importação dos materiais para as construções que se multiplicavam, promovendo o tão desejado progresso e civilização para as elites, e a sua proximidade com a cultura europeia, que se materializava no consumo de tudo o que vinha de fora (DAOU, 2000).

É dentro desse contexto de riqueza e prosperidade que surgiu a proposta de construção de um Mercado, que como citado por Chaves e Gonçalves (2013, p.13), “foi o terceiro e último mercado de grande porte a ser construído na cidade”, sob a intendência



de Antônio Lemos, sendo o primeiro o Mercado Ver-o-Peso, e o segundo, o Mercado Municipal, atual Mercado Bolonha.

Sobre a obra do MSB, Antônio Lemos apresentou um relatório ao Conselho Municipal de Belém, em 1910. Nesse relatório ele informa que construção do mercado está sendo feita na Praça Floriano Peixoto, sob a responsabilidade do engenheiro Filinto Santoro, e esperava que o estabelecimento fosse construído ainda naquele ano para servir aos habitantes daquele (LEMOS, 1910). Porém, sabe-se que o MSB foi concluído em 1911.

Segundo Mauro (informação verbal) de arquitetura europeia, localizado no bairro de São Brás, próximo à Estação da estrada de ferro Belém-Bragança, hoje Terminal Rodoviário de Belém, o MSB foi projetado e construído pela firma Santoro, da Costa & Cia, sob a responsabilidade do engenheiro italiano Filinto Santoro, que iniciou a construção em 01 de maio de 1910, e o seu término em 21 de maio de 1911, data de sua inauguração. O MSB possui uma área de 3.300 m<sup>2</sup>, tendo à frente de sua fachada a Praça Floriano Peixoto, na Av. José Bonifácio com Av. Almirante Barroso.

De acordo com o jornal A Província do Pará (1911), o MSB foi concebido com o objetivo de atender a população do bairro, ampliar o abastecimento de produtos agrícolas vindos do interior do Pará, através da estrada de ferro de Bragança, bem como, eliminar uma feira ao ar livre que havia no local:

[...] o infatigável intendente de Belém, senador Antônio Lemos, executando as determinações da edilidade d'esta capital dotou indirectamente o populoso bairro de São Braz, ante a necessidade de um mercado para os generos coloniaes que entram na cidade pela vizinha estação da estrada de Ferro de Bragança, de há muito se fazia imperiosamente sentir, para acabar, de vez, com a retrograda e incommoda feira que alli se fazia, em frente à citada estação, ao ar livre, bi-semanalmente (A PROVINCIA DO PARÁ, 1911).

O trecho acima expressa o que afirma Sarges (2000, p.17), em que era atribuída ao poder público “a tarefa de disciplinar e embelezar a cidade”, revelando assim a preocupação que a administração de Antônio Lemos tinha com a limpeza e a ordenação dos espaços públicos, e que a construção do MSB vinha para melhorar esses aspectos, transmitindo a ideia de uma cidade organizada e limpa, nos padrões europeus.

Para as classes sociais dominantes da época, esse era o padrão a ser seguido, uma reprodução do estilo de vida europeia em plena região amazônica, buscando a todo custo o desenvolvimento de Belém, o que se verifica na reportagem do jornal A Província do Pará (1911), em que o próprio Antônio Lemos, em seu discurso no dia da inauguração do Mercado, “declarou que a inauguração do novo estabelecimento representava mais um grande impulso na linha dos progressos de Belém”.

Na figura 1, vê-se a entrada principal do Mercado de São Brás à época de sua inauguração.

**Figura 1- Vista da entrada principal do Mercado de São Braz**



Fonte: fauufpa.org. 2014.

A imponência e grandiosidade desse imóvel, principalmente para sua época, revela a riqueza de detalhes e os materiais utilizados para sua construção. Toda sua descrição arquitetônica foi publicada no jornal *A Província do Pará* (1911), no dia de sua inauguração no 21 de maio de 1911. Entende-se que as publicações da época eram utilizadas, também, como meio de divulgação e enaltecimento da administração pública, e hoje se tornaram fontes importantes de conhecimento desse período.

#### **4.2 As políticas públicas para o mercado de São Brás e as políticas realizadas**

As políticas públicas são fundamentais para toda e qualquer ação de interesse público, pois de acordo com a definição de Dias (2003, p.121), “é o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda

sociedade”. Sendo assim, torna-se imprescindível e de interesse público, a discussão das políticas públicas aplicadas a um dos patrimônios históricos de Belém, o MSB, visto que, ele se encontra em atividade e atendendo as necessidades da população.

O Complexo do MSB é administrado pela Secretaria Municipal de Economia (SECON), através do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP), sendo essa a divisão responsável pela fiscalização e organização dos espaços, regularização e cadastro dos feirantes, chamados de permissionários, além da emissão dos carnês para o pagamento do aluguel que cada feirante, conforme o metro quadrado que utiliza.

De acordo com o Decreto nº 26.580 de 14 de abril de 1994, que dispõe sobre o funcionamento dos mercados e hortomercados do Município de Belém, o Art.2º declara que “compete à Secretaria Municipal de Economia da Prefeitura Municipal de Belém, por força da Lei Municipal nº 7.341, de 18 de março de 1986, as atividades do planejamento e administração dos mercados e hortomercados municipais de Belém” (BELÉM, 1994a). No mesmo Decreto, também, consta que os mercados são classificados nas categorias A, B e C, para o pagamento da taxa de uso, sendo o MSB é considerado de classe A devido a sua localização e estrutura, e que cada mercado e feira dispõem de um administrador direto.

Do orçamento previsto para a Prefeitura de Belém, para o ano de 2018, fez-se consulta à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Nº 9.285, de 20 de junho de 2017 (BELÉM, 2017), nela estavam previstos para 2018, a reforma das feiras livres e a reforma e modernização dos mercados municipais, sem citar especificamente quais são esses mercados.

Em termos gerais, em todas as gestões municipais foram apresentados projetos de reforma ou propostas de uma nova destinação para o MSB, a começar pelo ano de 1939, na administração do prefeito na época, Abelardo Conduru, e que de acordo com a pesquisa de Pantoja (2014), citando um jornal da época, foi construído um anexo na parte de trás do prédio principal para a venda de peixes e mariscos, e esse anexo provavelmente é o que está sendo utilizado atualmente para a venda de refeições e lanches.

Na década de 1990, durante a administração do prefeito Hélio Gueiros, pretendia-se transformar o MSB em um Centro Municipal de Informação, Educação e Cultura, cuja ideia era disponibilizar o acesso para a população, da história e cultura da cidade, através da instalação de biblioteca, banco de dados, mantendo, dessa forma, a memória de Belém. Incluía, igualmente, a realização de oficinas, debates, assim como, serviços de informações turísticas e de lazer à população (O LIBERAL, 1993).

Nesse mesmo período, houve ainda, uma proposta de transformar o MSB na sede da Câmara Municipal de Belém, mas alguns trabalhadores do MSB, como os artesãos, se posicionaram contra a ideia, pois, na visão deles, o espaço é um patrimônio cultural da população (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1997). Portanto, esses planos propostos acima, não foram adiante.

Em relação às reformas realizadas, o MSB passou por duas, em gestões municipais diferentes. A primeira reforma foi realizada em 1988 e a segunda em 1998/1999. Na entrevista realizada com o secretário do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP), Silvio Mauro (informação verbal) mencionou que, entre o final da década de 1980 e anos 1990, na administração do prefeito Fernando Coutinho Jorge, que assumiu após a saída de Almir Gabriel, foram realizadas as maiores mudanças no Mercado. Segundo Mauro (informação verbal) tais mudanças foram:

Significativas nos seus aspectos espaciais e de uso. Após essa intervenção, o prédio passou a contar com espaços destinados a teatro,

comercialização e oficinas de administração municipal. O uso antes existente como venda de carne, fruta, legumes e produtos de mercearia foram transferidos para a área onde hoje está o estacionamento. Devido à acústica e a grande movimentação de veículos, o teatro foi desativado e o mercado fechado temporariamente.

Segundo a revista *Amazônia Hoje* (1989), na época da primeira reforma realizada, houve desentendimentos entre o arquiteto Paulo Chaves, que estava à frente da reforma, e o então prefeito Coutinho Jorge que resolveu antecipar a reinauguração do MSB, desconsiderando os critérios técnicos da restauração sugeridos pela equipe responsável, com a intenção de deixar uma obra de grande porte com seu nome como parte de um marketing político visando eleições futuras, segundo relato do próprio arquiteto descrito pela revista. Entende-se, assim, que o prefeito se utilizou da reinauguração de um prédio público em benefício próprio, o que na política pública costuma ser uma prática utilizada por alguns.

A segunda reforma teve início em 1998 e seu término em 1999, na gestão do então prefeito Edmilson Rodrigues, e incluiu a recuperação do telhado, impermeabilização de toda a cobertura e pintura (O LIBERAL, 1998). De acordo com Mauro (informação verbal), nessa época, houve aumento do trabalho informal, pois alguns moveleiros e vendedores ambulantes ocupavam a frente do mercado e ruas próximas e, com a reforma eles foram alojados no interior MSB.

Nas duas reformas realizadas, foram incorporados outros produtos que são comercializados no interior do prédio e que não condizem com a essência do próprio MSB, que era a venda de gêneros alimentícios. Além disso, em decorrência das intervenções físicas realizadas, o MSB teve a planta redesenhada e foi descaracterizado de sua estrutura original, o que comprova a incoerência dos gestores em zelar pelo patrimônio da cidade.

Em relação às propostas de uma nova reforma e estruturação do prédio, foi realizada entrevista com o diretor do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), Jorge Pina (informação verbal), que declarou que, há um tempo, houve uma reunião entre a Secretaria de Economia (SECON), Fundação Cultural de Belém (FUMBEL) e Secretaria de Urbanismo (SEURB), para tratar de proposta de revitalização do MSB, mas como não havia nada concreto, não foi adiante. Alegou, também, que a prefeitura não disponha de recursos financeiros para a reforma, considerando tratar-se de uma obra de grande porte, e em função disso, enfatizou sobre a necessidade da prefeitura em apresentar um projeto para a reforma, e assim, captar recursos para a sua realização.

Pina (informação verbal) mencionou ainda que, em 2012/2013, um projeto da prefeitura de revitalização de alguns espaços e monumentos importantes de Belém, o qual abrangia inclusive o MSB, foi incluído no Programa (do governo federal) de Aceleração do Crescimento das Cidades (PAC) das históricas, porém, como dependia de uma análise do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o mesmo não foi aprovado em decorrência dele não fazer parte da área tombada pelo IPHAN, dando preferência para edificações que estivessem dentro de sua área. Portanto, o MSB não foi contemplado com recursos federais à época por ele não ser tombado pelo IPHAN.

Foi lançado, então, em 2018, na administração do prefeito Zenaldo Coutinho, um programa chamado “Desenvolve Belém”, que é constituído de outros quatro projetos urbanísticos que visam recuperar e requalificar alguns espaços da cidade. No projeto

“Cidade para pessoas”, há uma proposta de reforma do MSB, e segundo informações descritas:

O espaço em questão atualmente possui apenas 50% de sua área total sendo utilizada de forma não padronizada e com parte de seus produtos sendo armazenados de maneira indevida. [...] A partir de parceria com a iniciativa privada, em um processo de concessão para utilização de espaço público, o qual será reformado, passando por um reordenamento e requalificação de permissionários, para que se mantenham no local, e fornecerá, ainda, espaço para gastronomia e eventos culturais (DESENVOLVE BELÉM, 2018, n.p).

Diante das informações, observa-se que nessa nova proposta de reforma do MSB, busca-se firmar uma parceria com a iniciativa privada, através de concessão do espaço pela prefeitura, no qual será feita uma ampla estruturação, com outras funcionalidades, além de mercado. Pretende-se utilizar, também, a parte superior do telhado do prédio, para instalação de bares e restaurantes, e a transformação de um dos pavilhões em sala de projeção visual.

Apesar de tão discutida e urgente a necessidade de reforma do espaço, é preciso cautela na análise e provável aprovação dessa proposta, em virtude das modificações pretendidas e sua viabilidade para o espaço do MSB. Por conseguinte, apresentado o projeto de reforma da prefeitura para o espaço, resta aguardar, pois, ainda não se tem previsão de quando o MSB será realmente beneficiado.

## **5 O ABANDONO DO MERCADO DE SÃO BRÁS E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

Décadas após a sua inauguração, o MSB ainda se mantinha, ao menos, visualmente preservado. Mas com o passar do tempo, sua estrutura começou a se deteriorar, e pelos registros oficiais, a primeira reforma no prédio só aconteceu no final da década de 1980. Dez anos se passam até a decisão de reformá-lo novamente, porém, após esta última, em 1998, não foi realizada mais nenhuma restauração, e o MSB continua aguardando, urgentemente, por uma intervenção.

Na figura 2, tem-se uma vista externa do prédio principal, quando ele ainda estava preservado. Na dinâmica do espaço percebe-se, na figura 2, a intensa movimentação dos frequentadores do MSB, provavelmente no período da manhã, quando ocorria a maior circulação dos consumidores nas feiras e mercados.

**Figura 2 – Imagem do Mercado de São Brás, na década de 1950 ou 1960**



Fonte: Nostalgia Belém.

Apesar de ser um imóvel administrado pela prefeitura municipal de Belém e estando sob a sua proteção, o MSB por todo o seu diferencial histórico e arquitetônico, está sendo maltratado há anos e, pelo que se observou, como um mercado desvalorizado pelo poder público. Na pesquisa *in loco*, constataram-se os problemas existentes em todo o complexo do MSB, onde a deterioração, tanto da parte interna, como externa são visíveis.

Segundo relato dos próprios feirantes, quando chove o prédio fica alagado devido as infiltrações no telhado, que está bastante deteriorado (figura 3). Não há a mínima segurança no local, e como consequência do abandono, o MSB sofre com atos de vandalismo – as pichações tomaram conta de toda a parte externa do prédio (Figura 4). Além disso, as laterais do prédio ainda servem de abrigo para moradores de rua. Outra questão relatada pelos feirantes, diz respeito aos anexos localizados atrás do prédio principal, que não passam por reforma desde o final da década de 1980.

**Figura 3: Parte interna deteriorada e com infiltrações**



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

**Figura 4: Pichações na fachada do Mercado de São Brás**



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

As edificações antigas não podem esperar décadas por uma ação, pois necessitam sempre de conservação constante e a falta de manutenção gera perda de materiais e

equipamentos originais. Ou seja, todas essas situações vêm causando cada vez mais o afastamento das pessoas do local, e a indignação principalmente dos feirantes que trabalham há anos no interior do MSB. Assim como de uma parte da sociedade que ainda se preocupa com as más condições de sua estrutura, pois ele está localizado num ponto estratégico, em um dos bairros centrais da cidade e, próximo ao Terminal Rodoviário, de onde muitos visitantes chegam e tem sua primeira impressão sobre a cidade.

A propósito, se um dos fatores determinantes para a sua construção no bairro de São Brás, foi a existência da estação da estrada de ferro Belém-Bragança. Atualmente, percebe-se que o MSB não se beneficia do fluxo de pessoas oriunda do Terminal Rodoviário, tal o desinteresse do grande público em conhecer e usufruir desse espaço.

O MSB era considerado um dos cartões postais de Belém, e o que se vê hoje é a marginalização de uma parte da história da cidade. Quando o tempo, aliado à negligência do poder público, torna-se implacável, pois destroem a parte física conjuntamente com a memória deste bem. E a importância da memória é reforçada por Barretto (2003, p.47), quando afirma que:

Além da questão identitária, a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local. Um monumento ou prédio dificilmente será alvo de um ato de vandalismo, por exemplo, por parte de alguém que conhece seu significado, que conhece o que ele representa para sua própria história como cidadão, simplesmente porque se identificará com aquele monumento ou prédio.

Nessa questão levantada por Barretto (2003), diz respeito à identidade dos habitantes com o patrimônio público e o seu significado para os mesmos, pois todos os problemas os MSB trazem uma reflexão acerca de uma possível ausência de identidade da população local, de modo que, essa relação entre indivíduos e o espaço vai perdendo importância para um grupo que não vivenciou essa realidade e não se reconhece nessa relação. Porém, o que parece ser evidente é o desconhecimento da maioria da população com a representatividade do MSB para a história da cidade, que deveria ser respeitada por todos os cidadãos. O patrimônio não deve ser somente protegido, mas sobretudo, ser aceito e estimado por aqueles que o cercam (ALMEIDA, 1993).

## 6 CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O MERCADO DE SÃO BRÁS

A relação entre turismo e patrimônio começou a tomar forma no século XVIII, com a Revolução Francesa, pois os revolucionários além de atribuírem o valor nacional aos bens incorporados pelo Estado como propriedade do povo, também pregavam a preservação de algumas edificações como uma maneira de se obter lucro através da contemplação do patrimônio pelos viajantes. A Itália era uma referência para escritores que narravam suas viagens, descrevendo o grande fluxo de viajantes a este país com o intuito de conhecer o seu patrimônio cultural (CAMARGO, 2002).

Ainda, sobre a relação entre turismo e patrimônio, Irving e Azevedo (2002) entendem que, a prática turística é sustentada na relação constituída entre esses três elementos: pelo homem, o espaço natural e/ou construído, e o patrimônio. O homem, a partir do seu direito de ir e vir, desloca-se e se fixa nesse meio, molda e transforma determinado espaço, que, do mesmo modo, se configura em patrimônio. Dessa relação, é que vai sendo construída a identidade cultural, e, portanto, tem-se através dessa



configuração, a “base de sustentação para as atividades turísticas” (IRVING; AZEVEDO, 2002, p. 172).

Com o passar do tempo, e o desenvolvimento tecnológico, passou-se a visualizar o turismo como uma atividade que facilitaria a preservação do patrimônio cultural, não limitando-se somente à história e à memória, acrescentando ainda, um papel econômico e social aos centros urbanos detentores de bens culturais (SIMÃO, 2006).

A colocação de Simão (2006), observa-se na requalificação do Centro Histórico de Belém (BRITTO, BORGES, 2010), que contribui não somente com o patrimônio histórico, mas também com os aspectos sociais e econômicos. Sendo assim, o turismo e a sociedade passaram a ser beneficiados. A oferta turística de Belém é constituída, principalmente pelo seu patrimônio histórico, notadamente o Centro Histórico de Belém, onde se encontra o Complexo Feliz Lusitânia. Segundo a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR, PARÁ, 2017), em 2016, 1 milhão de turistas visitaram o estado do Pará, sendo a maior concentração em Belém, representando 61,37% (623.284). Ainda segundo a SETUR, neste ano a renda gerada pelo turismo no estado foi de US\$216 milhões, sendo que Belém teve maior geração de renda correspondendo a 61,4% ou US\$133,048 milhões.

Desse modo, o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social teria uma função importante em um provável projeto de reforma do MSB, agregando melhorias para o espaço, assim como, iria proporcionar uma valorização, não só do entorno, como do próprio bairro. A procura em usufruir do espaço seria maior, tanto da população, como dos turistas, tornando o MSB um atrativo a mais para a cidade. Como afirma Dias (2006, p.48), “o turismo, desse modo, transforma os bens culturais integrantes do patrimônio cultural – histórico e educativo – em recurso econômico potencial”.

Além do citado acima, da contribuição do turismo em termos econômicos como sendo de grande importância, outra questão também relevante seria na realização de um melhor aproveitamento do local, valorizando e preservando o espaço, o que, para Dias (2006, p.49), seriam práticas consideráveis:

Ocorre uma valorização econômica dos lugares, com a dinamização do comércio local e dos serviços, o que gera novos postos de trabalho e aumento da renda da população. Encontram-se novos usos para os edifícios do passado, que, assim, integram o presente em um novo contexto cultural, ao mesmo tempo em que se preservam características arquitetônicas de outro período histórico.

A valorização do patrimônio cultural através da reconstrução do passado é um dos argumentos a serem considerados para a contribuição da atividade turística, na utilização de espaços históricos de uma localidade. Silva (2008, p.55) aponta a dinâmica da construção ideológica do patrimônio que, no decorrer do tempo vai sendo atualizada de diversas formas:

A ideologia do patrimônio, seja ele histórico, cultural, artístico ou natural, como um registro da memória social ou coletiva em vários tempos se constrói em determinado momento da história e se atualiza a cada momento histórico. Essa atualização vai ocorrer de diversas formas, algumas vezes preservando as características originais do mesmo, outras transformando-o em sua estrutura original ou no seu uso.

O aproveitamento turístico do MSB seria benéfico, a julgar por outros espaços revitalizados e já utilizados para o turismo na cidade de Belém. Como destaca Barretto

(2003, p.44-45) “a recriação dos espaços revitalizados, se bem realizada, apoia-se na memória coletiva e, ao mesmo tempo, estimula-a, já que ela é o motor fundamental para desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e sua cultura”.

Outro aspecto importante da contribuição do turismo seria a conscientização da população na valorização do MSB como um patrimônio não só da cidade, como também pertencente a própria comunidade, pois o patrimônio busca estimular a preservação da história de cada povo através das edificações construídas e mantendo também uma continuidade entre passado e presente. Como exposto por Barretto (2003, p.49):

[...] o turismo com base no legado cultural permite que se mantenha, em um lugar específico, um determinado período do tempo, que deu origem a essa comunidade. Permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história, de verificação das fontes. Permite, até mesmo, que muitos membros dessa comunidade adquiram, pela primeira vez, consciência do papel que sua cidade representou em determinado cenário e em determinada época.

A interpretação do patrimônio também é outro ponto a se destacar, pois, como afirma Murta e Goodey (2002), esta cumpre uma dupla função de valorização, tanto em relação à experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão do lugar visitado, como valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística. Desse modo, a população tem um papel fundamental nesse processo de valorização do patrimônio, pois para valorizar algo é preciso conhecer a sua história, e é nesse sentido que, os mesmos autores levantam a questão da interpretação do patrimônio, tanto para o visitante como para o residente:

Para fazer da viagem uma experiência verdadeiramente cultural, precisamos, no entanto, desenvolver a preservação e a interpretação de nossos bens culturais, traduzindo seu sentido para quem os visita. Mais que informar, a interpretação tem como objetivo convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo. Esta é a sua essência (MURTA; GOODEY, 2002, p.10).

Figueira (2015, p.265) destaca que “o patrimônio material é testemunho físico do tempo, da ausência, do passado longínquo, mas presente na paisagem atual e destacado na plástica idealista de sua requalificação por meio de práticas como a restauração.” Assim, resgatar o passado através de uma política de valorização do patrimônio histórico seria outro ponto positivo que o turismo traria para o espaço do MSB, pois a possibilidade de revisitá-lo promoveria uma relação de identidade e sentimento de pertencimento da população com o seu patrimônio.

Almeida (1993, p.412) entende que “o patrimônio não pode ser olhado apenas como uma reserva e, menos ainda, como uma recordação ou nostalgia do passado, mas, antes, como algo que tem de fazer parte do nosso presente. O patrimônio, para o ser humano, tem de estar presente e vivo, de algum modo”. Compreende-se que o patrimônio histórico tem de se adequar ao tempo presente, tornar-se *vivo* para que seja utilizado de modo a satisfazer o público, para que sua presença seja constante no local. Contudo, deve-se evitar que o MSB seja turistificado, conforme apontado por Cruz (2007) ou que se torne um “não-lugar” (AUGÉ, 1994).

## 7 OS MÚLTIPLOS USOS DO MERCADO DE SÃO BRÁS

A história dos mercados públicos é bem antiga e surgiu do comércio de produtos, principalmente agrícolas, e por uma questão de sobrevivência do homem. Em sua dissertação sobre o mesmo objeto estudado, Pantoja (2014, p.27) descreve o surgimento dos primeiros mercados públicos:

A relevância atribuída ao mercado coberto remonta à prática da atividade comercial das civilizações antigas que tinham a agricultura como base da economia. Cidades como Atenas, Roma, e Damasco eram espaços urbanos de convívio, de discussão e de troca. A ágora grega, o fórum romano, o bazar árabe e a feira da idade média foram os primeiros espaços públicos onde o homem vivenciou a relação de troca direta produtor/comprador, resguardadas as diferenças culturais, econômicas e arquitetônicas entre os espaços.

Os mercados públicos são considerados equipamentos urbanos, que se caracterizam essencialmente como centros de distribuição e comercialização de gêneros alimentícios (PANTOJA, 2014). Além disso, por se tratarem, também, de espaços de convívio social, guardam riquezas culturais muito fortes de cada sociedade local, proporcionando experiências únicas para quem visita uma cidade, quando realmente se quer conhecer os hábitos alimentares de um determinado povo, a origem de um determinado prato, seus ingredientes e modos de fazer.

Em diversas cidades brasileiras, os mercados públicos se tornaram referência cultural da sociedade local. Em Belém, o maior exemplo de mercado de grande atratividade turística é o mercado do Ver-o-Peso. Conhecido nacionalmente pela ampla divulgação nos meios de comunicação, observa-se que o mercado do Ver-o-Peso dispõe de todo tipo de mercadorias e produtos representativos da cultura paraense com seus aromas e paladares diversos, onde o próprio paraense se enxerga ali, de modo que, não se pode falar no Estado do Pará sem mencionar o Ver-o-Peso.

Para Pantoja (2014, p.50), “o Mercado de São Brás se encontra entre as mais importantes realizações arquitetônicas do referido período, possibilitando o reordenamento do espaço de consumo e a experiência da troca e da vida social sob o espaço coberto”. Guardadas as devidas características e particularidades de cada um, até por ser um mercado coberto e diferenciado, o MSB poderia ser considerado o segundo mais importante da cidade, e uma opção a mais para os turistas conhecerem a gastronomia e o artesanato paraense.

Na sua utilização, o MSB foi perdendo sua função principal, principalmente, no final da década de 1980, com as mudanças ocorridas após as reformas. De acordo com o administrador do MSB, Sr. Ribeiro (informação verbal), que está há seis anos na função, o espaço é composto atualmente de 330 permissionários; e 529 equipamentos, que são os boxes e barracas.

Durante a pesquisa de campo, verificou-se a ocupação e os múltiplos usos do complexo do MSB, que está formado atualmente pelo prédio principal, sendo dividido em três pavilhões ou blocos, que abriga uma variedade de produtos tais como: artesanato; ervas medicinais e produtos naturais; produtos religiosos; vestuário, calçados; discos, CDs e DVDs; produtos importados, como brinquedos; móveis; produtos para animais domésticos; ferragens; serviços variados como consertos de relógios; panelas; calçados; roupas; ventiladores; barbearia ; cópias de chaves; impressão e cópia de documentos; vendas de bebidas e lanches, etc. Na outra parte do prédio, o pavilhão à direita, está em

uso pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Belém (SETRANS-BEL), que utiliza o espaço para o serviço de emissão da carteira de meia passagem estudantil e passe fácil para os idosos.

Na parte traseira do prédio principal estão localizados dois anexos feitos após a construção do prédio principal, logo após a rua que serve de estacionamento. O primeiro anexo está sendo utilizado pelos vendedores de refeições e lanches, que são divididos por boxes; ao lado deste, em um pequeno anexo, encontra-se o administrador do MSB, Sr. Ribeiro. Em seguida, encontram-se os vendedores de farinhas; logo após estes, vêm as barracas de hortifruti, como os legumes e verduras, frutas e produtos regionais; e mais ao fundo, está o espaço que foi construído durante a primeira reforma, em 1988, para alojar os vendedores de carnes bovinas e suínas, frangos, peixes, que foram retirados do prédio principal. Observou-se, também, que as barracas dos setores de vendas de farinhas e hortifrutigranjeiros estão improvisadas e desgastadas, e não são, portanto, padronizadas.

Com o surgimento de novas tipologias de estabelecimentos comerciais, como os supermercados e *shopping centers*, onde pode ser encontrada uma diversidade de mercadorias e gêneros alimentícios, houve uma queda no movimento dos mercados tradicionais, que se tornaram pouco atrativos para o grande público, à exceção do mercado do Ver-o-Peso. Mas, mesmo com essa situação, os mercados públicos ainda são frequentados, resistindo aos centros mais modernos, e mantendo um público fiel e tradicional desses espaços. O MSB poderia ser bem mais frequentado se já tivesse sido reformado.

### 7.1 Os atores sociais do mercado de São Brás: os feirantes e os consumidores

Em seus 108 anos de existência, o MSB construiu muitas histórias das pessoas que compõem o espaço e se utilizam dele de alguma forma, como os feirantes, consumidores, dentre outros, que se constituem em protagonistas deste cenário de incertezas e indagações, e onde se procurou observar seus anseios e esperanças.

O primeiro grupo pesquisado foi o grupo dos feirantes. De uma amostra de 30 entrevistados, 63,3% foram homens e 36,7% mulheres, sendo que a média de idade dos mesmos é de 47,6 anos. Observou-se que em alguns setores do MSB há predominância de mulheres, como no caso do setor de refeições, e em outros, predominam os homens, como verificou-se no setor de venda de carnes, frangos e pescados.

Quanto ao tempo de trabalho no MSB, 17% dos feirantes trabalham há 20 anos; 10% responderam 27, 30, e 3 anos de trabalho, cada. O menor tempo de trabalho foi de 6 meses, e o maior tempo foi 50 anos. O tempo médio de trabalho como feirante é de 16,5 anos no MSB. Alguns têm relação de vivência e afetividade com MSB. Pois, como enfatizam Cardoso et al (2017, p. 86), “o lugar é onde a vida acontece, local em que o sentimento de pertencimento é ancorado, onde a memória humana se sedimenta”. Para alguns feirantes, não é somente trabalhar, é também viver e pertencer ao lugar.

Questionados sobre as vantagens em vender no MSB, 23,33% dos feirantes responderam emprego/trabalho. Isso reflete a situação econômica e social do país e o desemprego em alta. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), o número de desempregados no Brasil no primeiro trimestre de 2020 é 12,9 milhões de pessoas. Para 13,33% a vantagem é trabalhar no interior do mercado, referindo-se ter um local fixo para trabalhar, tendo em vista que muitos trabalhadores eram ambulantes. Essa era a situação de alguns trabalhadores, que vendiam seus produtos na praça em frente do mercado, e após a segunda reforma realizada, eles foram alojados no interior do prédio principal. A localidade no centro da cidade foi respondida como vantagem por 13,33%

dos feirantes. Somente 3,33% responderam que é um ponto estratégico por ser um prédio histórico.

Ao serem questionados sobre as desvantagens em vender no MSB, para 43,33% dos trabalhadores não há nenhuma. Mesmo com o estado precário do MSB, os feirantes não veem desvantagens. Isso pode ser explicado por ter um local para trabalhar com o desemprego em alta e também pelo de fato de que muitos trabalhadores eram ambulantes, conforme explicado no parágrafo anterior. As respostas relacionadas ao abandono e más condições de trabalho, com 13,33% cada, e a falta de segurança, lembrada por 3,33%, estão todas relacionadas com a questão da falta de atuação do poder público.

Quanto à necessidade de se fazer alguma modificação no MSB, 93,33% dos feirantes afirmam ser totalmente favoráveis a algum tipo de modificação no local. O que demonstra a total insatisfação com a condição atual do MSB, visto que, a situação de abandono vem se prolongando por anos. Conforme mencionou Pina (informação verbal), houve uma tentativa de incluir o MSB no PAC das cidades história em 2012/2013, mas o IPHAN não aprovou porque o MSB não era tombado pelo referido órgão. Portanto, os recursos foram somente para os tombamentos federais.

Os feirantes foram inquiridos a propor sugestões para a melhoria do MSB. Desse modo, 40% sugeriram a revitalização e policiamento; 23,33% citaram a infraestrutura e saneamento; para 16,67%, a melhoria seria transformar o espaço em um mercado modelo, entendido como uma modernização do MSB, com a oferta de outros serviços tais como banco, casa lotérica, etc. Portanto, os feirantes por estarem no local cotidianamente sentem a necessidade de melhorias urgentes no MSB. Silva (2008) menciona a atualização do patrimônio em cada momento da história, que pode preservar as características originais, transformar sua estrutura e uso. A revitalização faz parte da atualização colocada por Silva (2008). Entretanto, a revitalização exige cautela contra a turistificação, mencionada por Cruz (2007).

Perguntou-se aos feirantes se o MSB pode ser um atrativo turístico, 83,33% responderam sim. Para 10% dos entrevistados o MSB já é visto como atrativo turístico. Dessa forma, a maioria dos trabalhadores se mostram totalmente favoráveis à possibilidade do MSB como atrativo turístico. Porém, ele já é considerado por alguns como um atrativo turístico de Belém. Mas, na opinião de 3,33%, só será atrativo turístico se for reformado. Esta resposta apresenta a condição para que se torne um atrativo turístico precisa de reforma, pois, nas atuais condições, não se percebe interesse dos turistas em conhecer o MSB. Estudo feito por Geiss e Gastal (2007) sobre o Mercado Público Central de Porto Alegre mostrou que após a reforma na estrutura, com melhoria na higiene e organização, se tornou apropriado ao turismo.

A pesquisa aplicada com os consumidores totalizou 20 entrevistas, sendo 45% homens e 55% mulheres. As entrevistas foram realizadas com as pessoas que se encontravam em todos os setores do complexo do MSB. O estudo de Pantoja (2014), também apontou a maior presença feminina em relação à masculina no MSB. Em relação à faixa etária dos consumidores, foi entre 25 e 76 anos. Percebeu-se nessa faixa etária, que o MSB não é frequentado pelo público mais jovem, mas por consumidores que estão acima dos 40 anos.

Questionados com que frequência vão ao MSB, 35% dos consumidores afirmaram que costumam ir duas vezes ao mês. Responderam sim 25%, mas sem especificar a frequência. Outros 25% frequentam uma vez por mês; e 15% raramente frequentam o MSB. Dessa forma, notou-se que o fluxo de pessoas que vão com frequência ao mercado não é considerado alto, que inclusive, foi declarado por alguns feirantes. Na divisão por setores, a frequência é maior nos setores de hortifrutí e açougue, setores que são

fundamentais na significação de feira e mercado. Diante dessa questão, o que se evidenciou é que, se o MSB estivesse em boas condições, tanto a frequência, quanto a quantidade de pessoas, seriam bem maiores que o verificado no local. Apesar disso, o MSB tem consumidoras assíduas que tem frequentado o mercado por mais de trinta ou quarenta anos (PANTOJA, 2014).

Sobre as vantagens em comprar no MSB, 30% dos consumidores declararam que o preço é bom. Outros 30% veem a proximidade da residência como uma vantagem, demonstrando que é vantajoso para os moradores do bairro. 15% afirmaram que se encontra de tudo no MSB, e se confirmou essa vantagem, por meio dos produtos/serviços adquiridos, e através das observações no local. 10% não apontaram nenhuma vantagem. Outros declararam como vantagens a localização, produtos frescos e, bons, com 5% cada, vantagens estas entendidas como típicas do Mercado.

Quanto às desvantagens, 35% dos consumidores não veem nenhuma desvantagem. O preço foi uma desvantagem para 35% dos consumidores, por considerarem os produtos mais caros. O abandono ou a falta de reforma foi considerada uma desvantagem para 20% dos consumidores. 5% dos consumidores consideraram a falta de segurança e para outros 5% distância de suas residências. Portanto, para a maioria dos consumidores o MSB é um local caro, abandonado e sem segurança.

Ao serem questionados se deve haver alguma modificação no MSB, 85% dos consumidores entrevistados responderam sim; 10% responderam não, por entenderem que ele não precisa de nenhuma modificação. Portanto, a maioria dos consumidores considera que o MSB precisa passar por algum tipo de reforma, pois, a situação atual do espaço não está satisfazendo os seus frequentadores, sendo que, a aparência visual e seus aspectos negativos se sobressaem, principalmente, na sua parte externa, onde se tem a primeira impressão sobre o espaço.

Os consumidores foram indagados a propor sugestões para a melhoria do MSB. Para 45% a sugestão é de reforma ou revitalização, que compreende uma ampla recuperação do MSB. Para 20% a sugestão é a higiene. O saneamento foi respondido por 5%. Nessas duas últimas respostas, nota-se o incômodo com a sujeira do local, e diante disso, reporta-se a Antônio Lemos, o gestor responsável pela ideia de construção do Mercado, que tinha essa preocupação quando implementou uma “rigorosa política sanitária” na cidade (SARGES, 2000, p. 16).

A pintura do MSB foi sugerida por 15% dos consumidores, em função do desgaste na parte interna e das pichações verificadas em toda a parte externa. A acessibilidade foi lembrada por 5%. O que mostra uma preocupação da sociedade contemporânea, pois, as edificações antigas não foram pensadas para esse propósito e estão sendo adaptadas para facilitar o acesso às pessoas com necessidades especiais. A manutenção foi sugerida somente por 5% dos consumidores.

Questionados se o MSB pode ser um atrativo turístico, a maioria consumidores (95%) respondeu sim. Os consumidores acreditam que o prédio histórico pode se tornar um atrativo para os turistas, evidenciando-se a ampla aceitação do turismo pelos frequentadores, até por ser tratar de um mercado diferenciado dos demais, sendo o terceiro mais antigo de Belém. Simão (2006) aponta o papel econômico e social do turismo nos grandes urbanos que possuem bens culturais.

De um modo geral, verificou-se que, a maioria dos entrevistados (feirantes e visitantes) é favorável a algum tipo de modificação no espaço, em decorrência da estrutura precária de todo o complexo do MSB. Isso se constatou na sugestão de melhoria sugerida, indicando a reforma ou revitalização do espaço, visto como mais abrangentes pelos entrevistados. O Portal G1 Pará (DETERIORADO, 2019) por ocasião dos 108 de

anos do MSB, fez uma reportagem, demonstrando as pichações, portões quebrados, infiltrações e problemas na fiação elétrica. A reportagem também mostrou que o MSB está esquecido pelo poder público e que só funciona devido aos trabalhadores do local.

Sobre as vantagens e desvantagens verificadas, estas referem-se à posição e necessidades de cada grupo, como no caso dos feirantes, em que uma das vantagens em vender no local, é o próprio emprego, e para os consumidores, que vêm como uma das desvantagens, o preço elevado. Outras desvantagens estão relacionadas à precariedade do local. Porém, apesar de os problemas levantados, as vantagens foram consideradas maiores que as desvantagens.

Além disso, evidenciou-se que muitos têm consciência da importância do MSB como um patrimônio histórico da cidade, considerando esse um dos resultados satisfatórios da pesquisa. Visto que a sociedade não está alheia à situação de descaso para com o prédio, tampouco, para o que representa o MSB para a cidade. E a partir do momento em que a população tem consciência da importância como patrimônio histórico de Belém, deve-se cobrar do poder público ações de melhoria para o MSB.

No questionamento sobre o MSB ser transformado em atrativo turístico, essa possibilidade foi bem aceita por ambos os grupos de entrevistados, em sua ampla maioria, considerando as contribuições do turismo.

Desse modo, este estudo se propôs a demonstrar que o MSB tem reais possibilidades de se tornar um atrativo turístico de Belém, caso sejam realizadas ações de incentivo ao turismo por parte do poder público, além de melhorias deste patrimônio cultural. Assim, o destaque que o MSB tem na paisagem urbana, como um dos principais espaços públicos da cidade, o conhecimento sobre sua história e arquitetura, e gastronomia paraense são fatores que podem potencializar o turismo para o MSB.

Os feirantes desejam que o MSB seja modernizado, tanto na sua estrutura, quanto na oferta de outros serviços, para que, possa atrair o interesse de uma parcela maior da população. Essa sugestão, de modernização do MSB, se mostra importante, à medida em que o mercado público perdeu espaço, na preferência da população, para estabelecimentos mais modernos. Isto foi verificado nas respostas de alguns feirantes, que sugeriram “transformar num mercado modelo”. Neste sentido, o “Projeto Cidade para Pessoas”, que faz parte do programa “Desenvolve Belém” da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), prevê a reforma do MSB (DESENVOLVE BELÉM, 2018).

Os feirantes reclamaram direta e indiretamente do descaso da prefeitura de Belém, como administradora do MSB, que não toma as providências para solucionar os problemas do espaço. Lembrando que os feirantes, como permissionários, pagam para trabalhar, mas são prejudicados por conta das condições precárias do seu local de trabalho.

Em se tratando do grupo dos consumidores, notou-se uma preocupação na qualidade do espaço destinada ao público, que vê na reforma uma necessidade de mudança e melhoria do MSB, e também, por conta da beleza do prédio, chamado de cartão postal da cidade. O resultado da pesquisa realizada com esse grupo demonstra a importância que o MSB tem para os seus frequentadores, e principalmente, a satisfação em relação a sua utilização, que mostrou-se muito equilibrada, pois, uma parte mostrou-se satisfeita, e a outra parte não. Em virtude disso, abre-se a possibilidade de uma pesquisa futura mais ampla, voltada a este grupo para sua percepção sobre o local.

Um dos principais objetivos na construção do MSB era o de atender a população do bairro, e cem anos depois, demonstrou-se que ele continua com esse propósito, e é da vontade desses frequentadores tradicionais que o local permaneça com a sua função de mercado.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que o MSB é muito importante para aqueles que trabalham e dependem do espaço economicamente, ou para aqueles que precisam em função das suas necessidades alimentares. Dessa forma, cada grupo apontou as significações que esse patrimônio tem para si, de acordo com suas percepções.

Os atores do MSB desejam que o local seja reformado e modernizado, em razão de suas péssimas condições atuais. O MSB está inserido nessa relação com a população há mais de um século, e um dos resultados mais relevantes e satisfatórios da pesquisa foi constatar que, para muitos deles, o MSB é importante por ser um patrimônio histórico de Belém. Esse reconhecimento demonstrado confere seu valor patrimonial por seus frequentadores, que representam uma parte da população.

Assim, trabalhar e frequentar um prédio histórico, torna-se uma relação de troca social, afetiva, bem como, embarcar em um outro período, e compreender, por meio do conhecimento, a importância de preservar a memória do lugar.

Por outro lado, como o MSB é um espaço público, administrado pelo poder municipal, constatou-se que o abandono decorrente da ausência de ações dos seus gestores, contribui decisivamente para a sua desvalorização e descaracterização. E esse cenário torna-se ainda mais conflitante, uma vez que, o MSB foi reconhecido como patrimônio histórico de Belém, por meio do tombamento, que é uma forma legal de proteção, pelo próprio poder público. Mas, essa proteção não se mostra condizente com a realidade. Proteção e abandono são termos antagônicos, mas que definem o objeto estudado na sua realidade.

Um indicativo da negligência da gestão municipal ocorreu nas duas reformas realizadas, em que o MSB sofreu várias alterações na sua estrutura original, interna e externa. E por conta dessa descaracterização, não se exige mais a sua preservação interna, mas somente externa, definido assim, pela FUMBEL, de acordo com a Lei municipal nº 7.709/94, que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural de Belém (BELÉM, 1994b)

O MSB como equipamento urbano, utilizado diariamente e necessário para muitos cidadãos, não pode ser desprezado e abandonado por tanto tempo como vem ocorrendo. Desse modo, a ausência de ações do poder público em detrimento ao patrimônio, reflete imediatamente nas consequências já apontadas, que se multiplicam, prejudicando a todos, trabalhadores, os consumidores, a sociedade e a cidade.

Diante do fato de que o MSB não é visto pelo poder público como um espaço importante para o incremento do turismo na cidade, este estudo constatou, também, que o MSB não se configura efetivamente em um atrativo turístico da cidade de Belém, mas ele pode vir a ser, pois tem potencial para tornar-se, por sua ampla aceitação pelo público pesquisado. O MSB é visto por muitos cidadãos como patrimônio da cidade, por conseguinte, ele é um patrimônio pertencente ao povo.

Assim, o turismo como fenômeno social e econômico contribuiria com o aumento de renda dos feirantes, que seriam os maiores beneficiados com as contribuições do turismo, além da sociedade e a própria cidade, com mais um atrativo, sendo uma alternativa viável para o MSB.

Entretanto, considera-se que a sua funcionalidade não deve ser desvirtuada somente para atender ao turismo, visto que, não se deseja que sua função histórica seja descaracterizada. Mas que haja uma adequação equilibrada ao seu uso, pois antes mesmo



de ser considerado patrimônio histórico, o MSB sempre foi um estabelecimento comercial, cujo propósito é atender a população de Belém.

Uma das contribuições deste trabalho foi trazer à discussão a importância do MSB como patrimônio histórico de Belém e sua valorização, em função do descaso com que são tratados alguns bens patrimoniais da cidade, e por conseguinte, a necessidade de se debater não somente, junto ao meio acadêmico a preservação do patrimônio histórico em Belém, mas principalmente, com a sociedade a respeito desses bens, visto que a cidade ainda possui um conjunto patrimonial de grande valor histórico, e justamente esse conjunto de bens é que faz de Belém uma cidade histórica.

## REFERÊNCIAS

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 1997

\_\_\_\_\_. **Mercado de São Braz**. Belém, 1911.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Patrimônio – Riegl e hoje. **Revista da Faculdade de Letras do Porto**, v.10, p. 407-416, 1993.

AUGÉ, MARC. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2003.

BASSALO, Célia Coelho. **Art nouveau em Belém**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

BELÉM. **Decreto nº 26.580 de 14 de abril de 1994a**. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 7.709 de 18 de maio de 1994b**. Disponível em: <[http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/txt\\_lei\\_ch.htm](http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/txt_lei_ch.htm)>. Acesso em: 16 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nº 9.285, de 20 de junho de 2017**. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/segep/site/wp-content/uploads/2017/06/Lei-n%C2%BA-9.285-de-20-de-junho-2017-LDO-2018.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRITTO, Rosangela Marques. **A invenção do patrimônio histórico musealizado no bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, 1994-2008**. 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

BRITTO, Rosângela Marques; BORGES, Luiz Carlos. No entremeio da cidade visível e invisível: núcleo cultural Feliz Lusitânia de Belém do Pará. In: 19º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS “ENTRE TERRITÓRIOS”, 2010, Bahia. **Anais...** Bahia: UFBA, 2010.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARDOSO, Diogo *et al.* Espacialidades e ressonância do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **Revista de Geografia e Ordenamento Territorial**, n.11, p.83-98, 2017.

CHAVES, Celma; GONÇALVES, Ana Paula Claudino. **O mercado público em Belém: arquitetura e inserção urbanística**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O COMÉRCIO E CIDADE: uma relação de origem. Uberlândia, 2013. p.1-15.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo olhares. **Revista Escritos**, ano 5, n. 5, p. 141-168, 2011.

CRUZ, Rita. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

DESENVOLVE BELÉM. Disponível em: <<http://desenvolve.belem.pa.gov.br/projetos-para-investimento/mercado-de-sao-bras/>>. Acesso em 30out. 2018.

DETERIORADO, Mercado de São Brás completa 108 anos. Portal G1 Pará, Belém, 21 mai. 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/05/21/deteriorado-mercado-de-sao-bras-completa-108-anos.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2020.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloiso Magalhães. In: MAGALHÃES, A. **E triunfo?** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FIGUEIRA, Michel Constantino. Patrimônio cultural da humanidade e mercado turístico: o bairro histórico de Colônia do Sacramento, Uruguai. **Revista Patrimônio e Memória**, v.11, n.1, p.262-282, jan-jun. 2015.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

GEISS, Letícia; GASTAL, Susana. Turismo cultural sob o olhar pós-moderno: os mercados públicos em questão. In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2007, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo, 2007. p.1-13.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. 2020.

IRVING, Marta Azevedo; AZEVEDO, Julia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

LEMOS, Antônio José. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**. Belém, 1910.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Hélder, F.; LINHALES, Meily A. (Orgs). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

MAURO, Silvio. **Informações enviadas por Correio Eletrônico**. 2018.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual, parte 1. p.13. In: MURTA, Stela Maris; Albano, Celina. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: editora UFMG: Território Brasilis, 2002.

O LIBERAL. Belém, PA, 1993.

\_\_\_\_\_. Belém, PA, 1998.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Compendio de Estadísticas Del Turismo** 1988-1992. Decimocuarta Edición. Madrid, 1994.

PANTOJA, Laura Cristina Monte Palma. **Mercado de São Brás e seu entorno: tramas e sentidos de um lugar**. 2014. 146. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PARÁ. **Lei nº 4.855, de 03 de setembro de 1979**. Diário Oficial, set.1979.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Boletim Turístico do Estado do Pará 2017**. Belém: Fapespa, 2017.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Revista Patrimônio e Memória**, v.2, n.2, p. 54-77, 2006.

PERÉZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural**: uma visão antropológica. Tenerife: Aca e Pasos, 2009.

PINA, Jorge. **Entrevista concedida na pesquisa de campo**. 2019.

REVISTA AMAZÔNIA HOJE. Ano I, nº 2, fev. 1989. Belém, PA.

RIBEIRO, Ylson. **Entrevista concedida na pesquisa de campo**. 2019.

RODRIGUES. Donizete. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: interconexões entre os conceitos. **Revista Letras Escreve**. v.7, n.4, 2º semestre, p. 337-361, 2017.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SILVA, Ana Claudia dos Santos. Representações sociais sobre o patrimônio histórico e cultural de Belém (PA): estudo de um caso sobre a igreja das Mercês. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

### ***From Belle Époque to Abandonment: The São Brás Market as a Historical Heritage and Tourist Attraction in Belém, PA***

#### ***Abstract***

*The Urban space of Belém presents a set of buildings remaining of important periods of its history, highlighting the Belle Époque period as one of the most important in the construction of the city's heritage. Therefore, the present study deals with an important heritage of that period, the São Brás Market due to its current state of abandonment. The general objective of the research was to analyze the sociocultural valuation of the São Brás Market and its importance as a historical heritage in the city of Belém. Methodological procedures involved bibliographic e documental survey. The field research was carried out through interviews with vendors, consumers and representatives of government. The results show that the problem of abandonment of the São Brás Market is due to absence of actions by its managers, which contribute to its devaluation and mischaracterization; the social actors want the São Brás Market to be reformed and modernized due to its terrible current conditions; the tourism as social and economic phenomenon would contribute to an increase in the income increasing of market vendors, who would be benefit the most from tourism contribution, in addition to the society and the city itself, with one more attraction, being a viable alternative for the*

*São Brás Market. However, it is expected that its main utility will not be distorted to serve only tourism, due to its historical and social function for the city of Belém.*

**Keywords:** *São Brás Market. Historical heritage. Abandonment. Tourism.*

Artigo recebido em 03/07/2020. Artigo aceito em 26/10/2020.